

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Hora de abandonar as grandes hidrelétricas](#) 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Hora de abandonar as grandes hidrelétricas	2
Título: MP da Eletrobrás propõe usar Fundo do pré-sal para gasodutos	3
Título: Uma ameaça ronda o Rio	4
Título: Conta de luz fica mais cara a partir de maio	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Blindagem da Petrobrás	6
Título: ‘Jabutis’ em MP custariam R\$ 5,5 bi na conta de luz	7
Título: Após disputa, fundos vão dar espaço à nova gestão	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Conta de luz terá bandeira amarela e tarifa extra em maio	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	10
Título: Conta de luz terá extra em maio	10

VEÍCULO: O Globo**Seção: Opinião****Autor: Sérgio Guimarães e Joílson Costa****Título: Hora de abandonar as grandes hidrelétricas**

Nas últimas semanas, autoridades do **Ministério de Minas e Energia** declararam que o governo brasileiro estaria abdicando da construção de grandes hidrelétricas. Aparentemente, eles estão reconhecendo uma situação de fato. Num cenário de Eletrobrás privatizada, ficaria difícil mobilizar recursos para empreendimentos economicamente inviáveis. Às vésperas do carnaval, no entanto, foi divulgado um controverso acórdão em que o TCU, mesmo levantando alguns pontos importantes, entrou na contramão ao manifestar uma visão desatualizada, que considera a energia hídrica como a única alternativa razoável para o Brasil.

Mas a realidade é que há fatores que abrem uma janela de oportunidade incontestável para o país enterrar de vez as grandes hidrelétricas e seus inaceitáveis impactos sociais e ambientais. O principal é o aumento da competitividade das renováveis. Há forte queda de preços de energia eólica e solar frente à hidrelétrica desde 2011. Preços que continuarão caindo à medida que elas incorporarem mais tecnologia. Já hidrelétricas ainda são feitas como na época dos generais: concreto, aço, atrasos e sobre-preço. Seu custo é artificialmente competitivo por condições de financiamento vantajosas e pela subestimação de seus impactos socioambientais.

Além disso, as grandes hidrelétricas, cujo potencial restante está concentrado na Amazônia, tendem a deixar o Sistema Interligado Nacional mais inseguro, seja pela distância da carga até os centros de consumo, seja pela vulnerabilidade climática crescente dos reservatórios. A proposta de abandonar as grandes barragens é realista. Mas, para isso, o governo deverá adotar ações concretas: como, por exemplo, um decreto presidencial que realinhe o Plano Nacional de Energia (PNE) e a Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) do Brasil no acordo global do clima, ainda montados sobre forte expansão hidrelétrica. É preciso reverter decisões que impactam comunidades na Amazônia, como o decreto presidencial de 2010 que reduziu mais de 75 mil hectares de áreas protegidas para reservatórios então previstos no Tapajós.

Também são urgentes a demarcação da terra indígena Sawre Muybu, dos índios munduruku, e o registro da Kayabi, no Rio Teles Pires. Sem novas grandes hidrelétricas, mas com soluções adequadas — como eficiência energética, ampliação da escala da energia solar e eólica, aumento da geração distribuída e redes inteligentes, além de térmicas a biomassa e alguma a gás natural no período de transição —, viabiliza-se a segurança do sistema e a modicidade

tarifária. Trilhando um novo caminho energético, promoveremos a evolução tecnológica com a criação de empregos de qualidade de que o Brasil tanto precisa. Não há mais espaço para novas aventuras amazônicas.

Sérgio Guimarães é coordenador do GT Infraestrutura, e Joílson Costa é coordenador executivo da Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: MP da Eletrobrás propõe usar Fundo do pré-sal para gasodutos

Legislação prevê que recursos sejam destinados a educação e saúde

BRASÍLIA- Além de aumentar subsídios que podem impactar a conta de luz, o relatório apresentado para a medida provisória (MP) que trata da privatização da Eletrobrás permite que 20% dos recursos do Fundo Social do pré-sal sejam destinados ao setor de gás natural, principalmente para a construção de gasodutos. O fundo do pré-sal recolhe royalties da exploração de petróleo para investimentos que devem ser prioritariamente nas áreas de saúde e educação. O dispositivo foi incluído pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ) na MP 814, da qual é relator. A votação do texto está marcada para o início de maio em uma comissão especial do Congresso para, em seguida, ser analisado pelos plenários da Câmara e do Senado. A mudança é criticada pela Associação Brasileira dos Grandes Consumidores (Abrace). — Isso tira o risco do empreendedor e coloca para o consumidor — disse ontem o presidente da entidade, Edvaldo Santana, também ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

"É ESTRATÉGICO PARA O RIO", DIZ RELATOR

Pela proposta de Júlio Lopes, o Fundo Social do pré-sal terá sua receita reduzida para bancar o "Dutogas", como relator batizou o Fundo de Expansão dos Gasodutos de Transporte e Escoamento da Produção. Esse novo fundo para o gás seria financiado com 20% da receita da comercialização de petróleo e gás natural da União, de acordo com o texto. Hoje, 100% dessa receita vão para o Fundo Social. Criado em 2010, o Fundo Social é destinado a receber a parcela dos recursos do pré-sal que cabem ao governo federal, como royalties, participações especiais e comercialização. Pela lei, 50% das receitas totais do fundo devem ir para educação e saúde. O relatório também cria um subsídio calculado sobre o montante da receita oriunda do pagamento do preço de transporte dos gasodutos já existentes para financiar a construção de novas instalações. Segundo o texto do relator, o objetivo do "Dutogas" é "constituir

fonte de recursos para a expansão do sistema de gasodutos de transporte de gás natural e instalações de regaseificação complementares".

Instalações para regaseificação são estruturas que transferem gás natural importado de outros países para gasodutos em terra. Em nota, o deputado defendeu a medida e disse ser preciso aumentar a capacidade de transporte de gás no país: "É uma questão absolutamente estratégica. Nós, que estamos no Rio de Janeiro, na porta do consumo, sabemos disso. Se tivéssemos um gasoduto para trazer da Bacia de Campos ao Comperj, teríamos um sistema de extraordinária eficiência e muito barato. O que estamos fazendo é criando forma de abrir um caminho, criando uma capacidade de se encontrar recursos". A MP 814, que tinha três artigos originalmente, pode se transformar em uma lei de 30 páginas. Inicialmente, a medida continha mecanismos para viabilizar a privatização de seis distribuidoras de energia da Eletrobrás que operam no Norte e no Nordeste, que a empresa tenta vender até julho.

Mas o relatório de Lopes faz uma série de alterações no texto original. O deputado amplia subsídios embutidos nas tarifas de energia e que são usados para o fornecimento de gás para a Região Norte e aumenta o preço do gás que abastece algumas termelétricas. Além disso, o texto permite ao governo elevar a tarifa de energia que vai remunerar a usina nuclear de Angra 3, cujas obras estão paralisadas desde 2015 por suspeita de corrupção. Essas mudanças podem aumentar a conta de luz em 7% para os consumidores residenciais, segundos os cálculos da Abrace. A equipe técnica do deputado, por outro lado, elaborou outra conta. Segundo esses cálculos, o impacto da proposta nas contas de luz será de 0,21% em 2018 e uma redução de 1,18% em 2019.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Uma ameaça ronda o Rio

Com preço do barril do petróleo em torno de US\$ 70 e a cotação do dólar beirando R\$ 4, periga o Estado do Rio sair da crise — afinal, os royalties são calculados na moeda americana. O problema é que, toda vez que há fatura de dinheiro dos royalties, o estado e os municípios contemplados gastam tudo... na farra.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Conta de luz fica mais cara a partir de maio

Com bandeira amarela, haverá cobrança extra de R\$ 1 a cada 100 kWh

BRASÍLIA - As contas de luz ficarão mais caras a partir de maio. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que a bandeira tarifária será amarela no próximo mês. Isso significa que haverá uma cobrança extra na conta de R\$ 1 a cada cem quilowatts-hora (kWh) consumidos. Entre janeiro e abril deste ano, a bandeira tarifária ficou na cor verde, e a cobrança extra nas contas de luz foi suspensa. A manutenção da bandeira verde coincidiu com o período de chuvas mais intensas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde estão as principais hidrelétricas do país. Com mais chuva, o armazenamento de água nos reservatórios sobe, e o país usa ainda mais energia gerada por hidrelétricas, que é mais barata. Para justificar a mudança da bandeira em maio, a Aneel apontou que, com início do período seco, o nível dos reservatórios das hidrelétricas tende a baixar.

"Com o fim do período úmido e a menor incidência de chuvas, os reservatórios das hidrelétricas de Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste estão com volumes mais baixos", informou a Aneel. Criado em 2015, o sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo real da energia e é usado para recompor os gastos extras com a utilização de eletricidade gerada por meio de usinas termelétricas. Além de mais poluentes, essas usinas são mais caras que as hidrelétricas. A cor da bandeira é impressa na conta de luz (vermelha, amarela ou verde). Quando chove menos, por exemplo, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios e é preciso acionar mais termelétricas para garantir o suprimento de energia no país. Nesse caso, a bandeira fica amarela ou vermelha, de acordo com o custo de operação das termelétricas acionadas.

Nesta semana, a Aneel decidiu manter para 2018 os valores atualmente cobrados dos consumidores pelas bandeiras tarifárias. Na bandeira vermelha 1, o adicional é de R\$ 3. E a taxa extra na vermelha 2 é de R\$ 5 a cada 100 kWh consumidos. Além de manter os valores, a Aneel fez uma mudança na forma como as bandeiras são acionadas. Atualmente, o sistema é muito sensível aos preços de energia calculados para o mercado de curto prazo e à previsão das chuvas para as semanas seguintes.

LUZ PARA TODOS É PRORROGADO

O problema é que quando chove menos que o previsto o sistema fica "descalibrado", recolhendo menos recursos que o necessário para bancar o custo das usinas termelétricas mais caras. Dessa forma, isso passa para o consumidor um "sinal errado" sobre a situação do setor. Agora, a agência reguladora vai deixar o modelo das bandeiras tarifárias mais sensível ao nível dos reservatórios. Essa mudança deve aumentar a quantidade de vezes em que as bandeiras amarela e vermelha são acionadas, principalmente durante o

período seco. O presidente Michel Temer editou ontem decreto que prorroga o Programa Luz para Todos, que terminaria este ano, para até dezembro de 2022. Ele prevê cobrança extra nas contas de luz para financiar a infraestrutura de energia para famílias de baixa renda na zona rural.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Blindagem da Petrobrás

Não foi bem do jeito que o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, queria. O script inicial desenhado para a reforma no estatuto social da companhia previa o aumento no número de conselheiros independentes de três para cinco no Conselho de Administração. O acerto para a mudança no estatuto tinha sido feito com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, mas uma avaliação jurídica do governo federal impediu este super reforço na blindagem política da petrolífera.

A assembleia de acionistas acabou aprovando um aumento para quatro conselheiros. A lógica por trás da reforma proposta pela Petrobrás foi justamente a de que quanto maior a quantidade de conselheiros independentes (sem vínculo direto com a empresa ou com o governo federal) menor será a interferência política (leia-se, de Brasília). Como também mais apertada ficará a “maioria” do controlador (leia-se União) na composição do conselho.

É bom lembrar que tudo que é extremamente importante para a empresa passa pelo crivo do Conselho de Administração. Inclusive decisões de investimento, desinvestimento, como a venda de quatro refinarias na região Nordeste e Sul, e até mesmo o valor máximo do lance que a companhia pode fazer nos leilões das áreas de exploração de petróleo. A assembleia geral de acionistas da empresa acabou aprovando um aumento de 30% para 40% do número de vagas destinadas aos conselheiros independentes.

O número de membros do conselho subiu para 11. Até a mudança aprovada, na última quinta-feira, o estatuto estabelecia uma formação de 10 integrantes, mas desde o início do governo uma das vagas não estava sendo ocupada por decisão, na época, da ex-presidente do BNDES Maria Silvia Bastos. Esta era a vaga tradicionalmente concedida ao presidente do banco de fomento.

Com a nova configuração, a União indica seis membros e os empregados elegem um conselheiro, além dos quatro independentes. Na hipótese de uma disputa mais acirrada no conselho, o resultado poderá chegar a 6 a 5 - situação bem mais restrita do que antes. Os novos conselheiros independentes serão

escolhidos depois de um processo competitivo de headhunters, numa lista tríplice. Um modelo que foi inaugurado no IPO da BR Distribuidora e que está sendo testado também em outras estatais.

Apesar de menor do que a prevista, a mudança no conselho vai além do aumento de conselheiros independentes. Na assembleia geral, o governo indicou três novos conselheiros - processo que de alguma forma deve marcar o início de uma mudança mais estrutural no perfil do conselho de administração.

Depois da Lava Jato, o colegiado da Petrobrás ficou concentrado num perfil de advogados, auditores e de especialistas em controles internos para lidar com o momento difícil em que a empresa teve que apresentar os números do impacto da corrupção no seu desempenho. Esses conselheiros foram sendo reconduzidos aos cargos, mas agora uma mudança mais acentuada começa de fato com o diagnóstico de que é preciso preparar a companhia para o cenário futuro de uma economia de baixo carbono.

Dois dos três novos conselheiros indicados pela União são mulheres. Uma delas - Clarissa de Araújo Lins - é sócia da Consultoria Catavento - especialista em sustentabilidade, energia renovável. Os novos conselheiros podem trazer uma nova visão para a empresa. Tudo indica que sim. A ver. Mas no curto prazo o maior desafio da Petrobrás é mesmo de destravar a negociação para a revisão do contrato de cessão onerosa de áreas de petróleo do pré-sal.

Pedro Parente e o mercado financeiro apostaram todas as fichas na possibilidade de o acordo ser celebrado este ano de forma favorável à empresa. O que abriria o caminho para o megaleilão de concessão à iniciativa privada do excedente de óleo da área da cessão onerosa, no pré-sal da Bacia de Santos, depois das eleições.

Mas existem muitos “se” na estratégia traçada por Parente e “comprada” pelos traders do mercado financeiro, que reagiram muito mal à notícia publicada pelo Broadcast/Estadão que atualmente o cenário mais certo é o de um acordo final em 2019, deixando o leilão para o próximo governo. O acordo da cessão onerosa pode ter o mesmo final que a proposta da reforma da Previdência: melancólico. É bom ninguém ignorar os sinais.

REPÓRTER ESPECIAL DO BROADCAST

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: ‘Jabutis’ em MP custariam R\$ 5,5 bi na conta de luz

O presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Edvaldo Alves de Santana, disse que a conta de luz pode subir entre 5% e 6% se a Medida Provisória 814/2017, que trata das distribuidoras da Eletrobrás e tramita no Congresso, for aprovada da forma como está.

O aumento do custo para o consumidor, segundo ele, seria de pelo menos R\$ 5,5 bilhões por ano, integralmente pagos por meio de reajustes na conta de luz. O relatório da proposta foi apresentado na última quarta-feira pelo relator, deputado Júlio Lopes (PP-RJ), e deve ser votado na comissão especial mista em 8 de maio, de acordo com o presidente do colegiado, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

A proposta apresentada na comissão recebeu diversos “jabutis” – como são tratadas, no jargão político, as emendas parlamentares, geralmente de assuntos diversos do tratado pelo projeto – que elevaram o número de artigos para 27. Originalmente, a MP tinha apenas três. Uma das medidas presentes no relatório é a criação de um fundo que retira 20% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, destinados à saúde e à educação, para o financiamento de infraestrutura do setor de gás, como a construção de gasodutos e de unidades de processamento.

No relatório, o fundo é chamado de Dutogas. “Isso tira o risco do empreendedor e o coloca no consumidor”, afirmou.

Bandeira amarela.

Com o fim do período de chuvas, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem que as contas de luz terão bandeira amarela em maio. Com a bandeira amarela, no mês que vem, a tarifa terá um adicional de R\$ 1,00 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. A bandeira verde, que não cobra taxa extra, estava em vigor desde janeiro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Após disputa, fundos vão dar espaço à nova gestão

Por dois meses, os fundos de pensão da Petrobrás (Petros) e do Banco do Brasil (Previ) e Abilio Diniz travaram uma renhida disputa por poder na BRF, mas economizaram nas declarações. Feita a paz, com a eleição do novo conselho de administração da companhia de alimentos na quinta-feira, os principais envolvidos na briga societária vieram a público para dizer que o assunto – e o problema – a partir de agora mudou de mãos.

Pedro Parente, presidente da Petrobrás, foi eleito para o comando do colegiado e Augusto Cruz, ex-Pão de Açúcar, para a vice-presidência. Outros oito conselheiros, que incluem Luiz Fernando Furlan, herdeiro da Sadia, e Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, foram escolhidos na votação. “Como acionistas, ao terminar a assembleia, a gente sai de cena”, afirmou ontem Gueitiro Genso, presidente da Previ.

Os fundos afirmaram que não irão se envolver na administração da empresa e que cabe ao novo colegiado definir a estratégia para recuperar a BRF, que vive grave crise, com bloqueio a vendas no exterior, sucessivos prejuízos e ações em baixa. “O conselho é independente para tomar as medidas que precisam ser tomadas”, disse Walter Mendes, presidente da Petros. Artífices da mudança do conselho, que era liderado por Abilio, os fundos comemoraram a solução encontrada e disseram que não possuem planos de se desfazer das ações na BRF. Hoje, cada um detém cerca de 11%.

O empresário Abilio Diniz afirmou que confia na capacidade de Pedro Parente de valorizar as coisas boas feitas na companhia de alimentos e recolocá-la na rota de crescimento. A jornalista, o empresário disse que a BRF “nunca foi o negócio de sua vida” e que já não estava mais feliz no cargo de presidente do conselho. Seu plano, afirmou, era deixar a BRF em meados deste ano. Os sócios, porém, precipitaram sua saída. Abilio disse que não palpitará na escolha do novo presidente.

A Península, empresa de sua família, será representada no conselho por Flávia Almeida. A indicação de Pedro Parente até animou o mercado inicialmente. Mas, ontem, após a eleição, as ações fecharam novamente em queda de 0,96%, a R\$ 25,72.

R.A. e M.S.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Conta de luz terá bandeira amarela e tarifa extra em maio

As contas de luz terão em maio bandeira tarifária amarela, acionada devido à menor incidência de chuvas com o fim do chamado “período úmido” na região das hidrelétricas, principal fonte de geração do país, disse a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) nesta sexta (27).

O anúncio acaba com uma sequência de quatro meses de bandeira tarifária verde, que não gera custos adicionais.

As contas terão acréscimo de R\$ 1 a cada 100 kilowatts-hora consumidos. O sistema de bandeiras foi criado para sinalizar aos consumidores os custos reais da geração de energia elétrica.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Lorena Pacheco

Título: Conta de luz terá extra em maio

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou que as contas de luz terão a bandeira amarela em maio. Com isso, a tarifa cobrada do consumidor terá um adicional de R\$ 1 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Desde janeiro, estava em vigor a bandeira verde, sem taxa extra.

De acordo com a Aneel, o fim do período úmido e a menor incidência de chuvas levaram à redução da água armazenada nos reservatórios das hidrelétricas das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Também houve aumento do preço da energia no mercado à vista. O nível dos reservatórios e o preço da energia são as duas variáveis que determinam a bandeira a ser acionada.

O sistema de bandeiras tarifárias sinaliza o custo da energia gerada e tem o objetivo de possibilitar que os consumidores usem a eletricidade de maneira mais racional. Além das bandeiras verde e amarela, nos casos em que a restrição de fornecimento é mais severa, usa-se a bandeira vermelha. Neste caso, há dois patamares. No primeiro, o adicional é de R\$ 3 a cada 100 kWh. No segundo patamar da bandeira vermelha, a cobrança é de R\$ 5 a cada 100 kWh.

Anteriormente à implantação do sistema de bandeiras tarifárias, o custo da energia era repassado às contas de luz uma vez por ano, no reajuste anual de cada empresa, e tinha a incidência da taxa básica de juros, a Selic. A Aneel deverá anunciar a bandeira tarifária que vai vigorar no mês de junho em 25 de maio.

MME / ASCOM .